

Mercado e internacionalização na Construção



O mercado do sector da construção tem vindo a decrescer desde 2003, com tendência para estabilizar num volume de produção inferior ao verificado entre 1995 e 2003. Esta situação afecta não só o mercado do subsector de edifícios, como o das obras públicas de engenharia civil.

As empresas portuguesas de projecto e de construção, que têm competências demonstradas ao longo de muitas décadas de actividade, necessitam de procurar novos mercados, quer internos, através da diversificação da actividade, quer externos, através da internacionalização.

Para a diversificação é necessário agregar diferentes competências, normalmente dispersas por um elevado número de gabinetes e empresas de pequena dimensão, procurando oferecer soluções integradas que facilitem as respostas a oferecer aos clientes. Para a internacionalização, torna-se fundamental criar dimensão interna, complementaridade de competências, sinergias e investimentos iniciais, difíceis de conseguir para a esmagadora maioria das empresas ou dos gabinetes de projecto. A propósito da aprovação, na Assembleia da República, de uma iniciativa legislativa de um grupo de cidadãos, para reconhecimento, aos arquitectos, do direito de elaborarem projectos de arquitectura, assistimos à discussão, sobre a divisão das competências, em termos de projecto, entre arquitectos e engenheiros.

É indispensável a regulação dos actos que exigem competências específicas, por parte daqueles profissionais, para assegurarem intervenções de qualidade, assumindo responsabilidades perante a sociedade. As suas intervenções afectam, não só a parte que os contratou, mas todos os utilizadores dos bens e a vida das cidades, na perspectiva da arquitectura, da segurança, da qualidade da construção e do desenvolvimento sustentável. Mas esta perspectiva nunca poderá confundir-se com a regulação do mercado, na óptica da sua protecção. A vertente económica deverá merecer outro tipo de soluções, designadamente através das anteriormente referidas.

A revisão do Decreto sobre as qualificações profissionais, tem um objectivo específico: defender o interesse público. Para a intervenção no mercado, de acordo com as leis da concorrência, oferecendo melhores condições, melhor qualidade e melhores preços, os gabinetes de arquitectura e de engenharia, de diferentes especialidades, terão que se agregar, através de fusões ou de associa-



A fileira produtiva do sector da construção foi sendo gradualmente desagregada desde a década de sessenta. A redução do mercado e o excesso de oferta obriga a uma mudança de atitude.

ções complementares de empresas (ACE), para sobreviverem no mercado interno e avançarem para os concursos internacionais. A crescente complexidade dos projectos e da construção exige novos modelos de organização que integrem as diferentes valências, assegurando aos clientes a qualidade do produto final, inovando e oferecendo cada vez mais valor numa política de diferenciação. As razões que têm dado origem a fusões e aquisições entre empresas de grande dimensão também são extensíveis às empresas e aos gabinetes de pequena dimensão. A fileira produtiva do sector da construção foi sendo gradualmente desagregada desde a década de sessenta. A redução do mercado e o excesso de oferta obriga a uma mudança de atitude.

Para a internacionalização das empresas do sector da construção são necessárias diferentes valências, unificadas numa estratégia comum, naturalmente diferentes das estratégias concorrenciais utilizadas no mercado interno.

A recente formação de uma ACE, entre nove empresas portuguesas de engenharia, com competências diferenciadas, e um gabinete de arquitectura, com vista a concorrerem a concursos no Norte de África e no Médio Oriente, é um bom exemplo do caminho a seguir. É tempo de divulgarmos as boas competências que ainda temos em Portugal, sob pena de as deixarmos morrer, a par de um apoio indispensável ao desenvolvimento de novas áreas de negócio. O facto de ajudarmos os "pintos a crescer", sob a forma de ninhos de empresas, não é antagónico ao apoio necessário para o desenvolvimento dos que já estão crescidos.

O apoio à internacionalização deste sector deverá fazer parte da estratégia nacional, contribuindo, assim, para reforçar as competências internas e diminuir o défice da balança de transacções com o estrangeiro. ●